



A VISÃO DO SUPERVISOR PERANTE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Vera Lucia Z. FERREIRA¹; Josimara F. FARIA²; Viviane FERREIRA³; Gabriely FERREIRA⁴; Aisi Anne F. SILVEIRA⁵; Sindynara FERREIRA⁶

RESUMO

Este trabalho visa demonstrar a importância da atuação do Supervisor Escolar face às múltiplas especificidades da Educação Inclusiva, através de uma análise bibliográfica. Torna-se de extrema relevância o papel que este profissional da educação exerce no auxílio ao docente em sua tarefa difícil de promover uma melhor qualidade de aprendizagem, mais facilitadora para esta clientela.

INTRODUÇÃO

Este texto científico colabora para uma reflexão mais aprofundada sobre qual papel deve exercer o Supervisor Escolar mediante a Educação Inclusiva. A questão da inclusão das pessoas com necessidades especiais no ensino regular já se tornou uma realidade e a escola precisa se preparar e orientar seus profissionais para acompanhar da maneira mais ajustada possível estas transformações, lembrando que, o bem-estar deste aluno deve ser priorizado.

Esta reflexão parte da premissa de que uma das tarefas do Supervisor é orientar o educador na sua difícil incumbência de mediar à aprendizagem de seu aluno de forma a enfrentar situações educacionais e não educacionais, como também em sua vivência, ajudando-o na sua formação integral. E, esta formação

¹ Universidade Cândido Mendes. Coronel Fabriciano/MG. E-mail: vera.lzf@hotmail.com

² Universidade Cândido Mendes. Coronel Fabriciano/MG. E-mail: josimara77@hotmail.com

³ Universidade Cândido Mendes. Coronel Fabriciano/MG. E-mail: vivi_alicio@hotmail.com

⁴ Universidade Cândido Mendes. Coronel Fabriciano/MG. E-mail: bilelyferreira@hotmail.com

⁵ Universidade Cândido Mendes. Coronel Fabriciano/MG. E-mail: aisisilveira@yahoo.com.br

⁶ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG. E-mail: sindynara.ferreira@ifsuldeminas.edu.br

requer a sua participação ativa na sociedade podendo auxiliar na sua transformação para mais solidária, justa e humanizada.

A Educação Inclusiva não se faz somente por meio dos educadores, todos os envolvidos com a escola têm a sua parcela de participação neste processo de ensino e aprendizagem e, principalmente o auxílio do Supervisor é essencial. Para chegar a uma conclusão sobre este ponto de vista, vários autores foram consultados, selecionados e destacados os seus pareceres sobre a temática.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a atuação do Supervisor Escolar face às múltiplas especificidades da Educação Inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Aguiar (1996) ao se vislumbrar o histórico da Supervisão, consta que esta “era exercida desde a sociedade primitiva quando as pessoas tentavam sobreviver e se apropriavam em conjunto dos recursos oferecidos pela natureza, buscando realizar as suas necessidades vitais”. Assim, era a sua forma de educação, e, inclusive, a sua maneira de educar os filhos.

Em conformidade com a opinião de Aguiar (1996) o teórico Saviani (2014) afirmou que a Supervisão Escolar sempre desincumbiu a tarefa de “auxiliar a prática docente no aspecto de acompanhar as ações educativas desde as suas origens”. Este aspecto oportunizou para a Supervisão Escolar ser considerada profissão.

A ideia de Supervisão ao longo do tempo vai se tornando cada vez mais clara e conquistando condições de exercício reconhecido e novas perspectivas para o cargo são traçadas.

De acordo com Glat (1995), antigamente o atendimento às pessoas com necessidades especiais era realizado de forma assistencialista ou paternalista, por ser vista como uma doença crônica e o deficiente como um ser inválido, incapaz de responder por si mesmo ou de ter autonomia em sua vida, devendo ficar aos cuidados da família ou internado em alguma instituição que os protegia.

Em meados do século XX, com o surgimento de várias teorias sobre psicologia da aprendizagem, comportamento humano e outras ciências, começaram a surgir novas ideias sobre como deveria ser o atendimento a estas pessoas. De acordo com Glat (1995) surgiu o jargão: “o deficiente pode aprender”.

Este autor relatou uma nova visão para o atendimento às pessoas com necessidades especiais, removendo o caráter assistencialista para um caráter mais humanitário de valorização da pessoa do deficiente. E, para tanto, a educação precisaria também se revestir de nova forma de atuar, abrindo suas portas para receber o diferente, o deficiente e toda forma de diversidade. Surgiu então, a escola inclusiva sonhada há séculos por muitos.

De acordo com Glat (1995) a Educação Especial no Brasil se institucionalizou em termos de planejamento de políticas públicas com a criação de subsistemas nas diversas redes públicas de ensino. Com este novo enfoque passou-se a dar maior atenção e proporcionar condições mais adequadas para promover a aprendizagem e o desenvolvimento da pessoa com necessidades especiais.

Segundo Mantoan e Pietro (2006) a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar que perpassa todas as etapas e níveis de ensino, está definida nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica que regulamenta a garantia de direito de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais e orienta para a inclusão em classes comuns do sistema regular de ensino.

Para atender a esta clientela deve haver uma preparação apropriada de todos os educadores e constitui-se um fator-chave na promoção destes indivíduos para o melhor enfrentamento da vida. O Supervisor Escolar se enquadra nesta etapa de preparação do educador para atuar junto a este profissional com maior competência.

De acordo com MEC (2006) o Supervisor comprometido com sua prática estará sempre a serviço de uma boa educação não medindo esforços para alcançar estes objetivos. Para tanto, existem algumas orientações que são imprescindíveis e que o Supervisor poderá transmitir aos professores no auxílio de uma prática mais igualitária, humana e formadora do indivíduo na sua integralidade. Os administradores, diretores, supervisores e professores podem dar uma grande contribuição para que as escolas respondam mais favoravelmente à formação de pessoas com necessidades especiais, desde que tenham também apoio, capacitação e qualificação.

Toda a comunidade escolar deveria ser responsabilizada pelo sucesso ou fracasso do aluno e não somente o professor, o supervisor ou apenas o aluno. Todo o corpo docente deve partilhar a responsabilidade pela formação da pessoa com necessidades especiais. Pais e voluntários devem também participar deste processo

formativo do aluno, através de recursos didáticos fora ou dentro do ambiente de sala de aula (MEC, 2006).

Sabe-se que não há uma receita pronta e acertada sobre como auxiliar o professor de forma eficiente e ao mesmo tempo prática e que sirva esta para todas as ocasiões necessárias. Mas, há sugestões de práticas bem sucedidas ou metodologias adequadas que podem contribuir para o aprimoramento da aprendizagem de alunos com necessidades especiais. E, estas orientações são bem-vindas quando oriundas de um profissional de educação empenhado em sua atuação e preocupação com o crescimento e rendimento deste educando.

De acordo com MEC (2006) alguns apontamentos são necessários para atuação eficiente do Supervisor junto ao educador, na busca de uma promoção educacional formadora para os estudantes com necessidades especiais:

O Supervisor pode dar apoio ao aproveitamento de experiências comuns, criação de centros de documentação e criar acesso às fontes; serviços educacionais especializados devem ser integrados aos programas de pesquisa e desenvolvimento de instituições de pesquisa e de centros de elaboração de programas de estudos; estratégias pedagógicas inovadoras; promoção de reflexões sobre temas correlacionados com Educação Inclusiva; estudos orientados à tomadas de decisão e ações futuras (MEC, 2006).

Ainda segundo MEC (2006), cada vez mais se percebe a importância de contratação de professores capacitados que sirvam de modelo para crianças com deficiências.

Este serviço de apoio do Supervisor ao professor de Educação Inclusiva pode basear-se em conhecimento e habilidades adquiridas com respeito à boa prática de ensino incluindo a avaliação de necessidades especiais, adaptação de conteúdo curricular, utilização de tecnologias de assistência, individualização de procedimentos de ensino para atender a um maior número de aptidões (MEC, 2006).

O Supervisor deve dar uma atenção à formação continuada do professor para que exercite sua autonomia e aplique suas capacidades na adaptação do currículo, e da instrução para atender às necessidades especiais dos alunos, bem como para colaborar com a aprendizagem destes educandos.

O Supervisor Escolar deve preparar reuniões de trocas de experiências entre educadores, seminários, grupos de estudos, manuais, com o objetivo de capacitar a todos para assumirem com dinamismo e excelência a sua profissão. A provisão

deste tipo de apoio é de fundamental importância para o sucesso de políticas educacionais inclusivas e para a própria escola onde o aluno está inserido.

CONCLUSÕES

Mediante o exposto percebe-se a real importância do apoio que o Supervisor Escolar pode dispor ao corpo docente no enfrentamento das necessidades especiais de seus alunos. Este apoio se enquadra também ao direito que cada aluno tem de acesso ao ensino regular, mesmo diante de suas dificuldades. Assim, o professor se tornará mais capaz e se sentirá apoiado e desenvolverá melhor o seu papel de agente mediador na formação integral do educando.

Este estudo colaborou para promoção desta reflexão sobre a relevância da atuação do Supervisor Escolar junto ao professor, como seu aliado e em quem se pode confiar. Esta sensação de “não estar só” é estimulante para o educador, principalmente aquele que sabe que a educação não se faz sozinha, mas, todos devem colaborar para o sucesso do aluno com ou sem dificuldades especiais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. M. de. **Manual do Inspetor Escolar**. São Paulo: Lâncer, 1996.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiência**: uma reflexão. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1995.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão Escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

MEC - Ministério da Educação e Cultura. **Saberes e práticas de inclusão**. Recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília. 2006.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2014.